

COLÉGIO SÃO LUÍS

**ENSINO MÉDIO
CURSO DE METODOLOGIA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

HENRIQUE DO PRADO VALLADARES SEIXAS MAIA

**Democracia em Crise: Poder, Religião e
Manipulação das Massas no Brasil (2016–2023)**

**São Paulo
2025**

HENRIQUE DO PRADO VALLADARES SEIXAS MAIA

**Democracia em Crise: Poder, Religião e
Manipulação das Massas no Brasil (2016–2023)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito de aprovação em “Metodologia de Iniciação
Científica”, na 2ª série do EMI do Colégio São Luís.

Orientador: Prof. Me. Graziano Costa

São Paulo
2025

DEDICATÓRIA

À minha irmã, Bel Maia, minha maior inspiração. A figura que me ensinou a questionar, a estudar e a desenvolver meu pensamento crítico. Sem ela, este trabalho não existiria — não apenas por sua ajuda efetiva, mas pela construção humana que ela cultivou em meu ser.

Muito obrigado por acreditar em mim incondicionalmente. Este trabalho reflete essa crença.

AGRADECIMENTO

Acredito que os agradecimentos deste trabalho devem começar com o meu mais sincero “obrigado” ao corpo docente do Colégio São Luís, pela iniciativa de promover um trabalho de tal magnitude. Sinto muito orgulho em fazer parte de uma instituição que realiza ações tão inovadoras para o Segundo Ano do Ensino Médio.

Gostaria também de agradecer ao meu orientador e amigo, Graziano Costa, que sempre confiou em mim, reconhecendo minhas limitações, mas nunca permitindo que eu me contentasse com elas. Gazão, muito obrigado por acreditar na minha capacidade e pela autonomia que me concedeu. Este trabalho me apresentou uma nova inspiração — mesmo que você não se considere uma.

Agradeço profundamente à professora Silvana Matinho, que, mesmo em meio a turbulências, me auxiliou muito durante o desenvolvimento deste trabalho. Sil, obrigado por acalmar meus pensamentos e, de certa forma, mostrar que tudo daria certo. Suas recomendações de artigos e ideias foram fundamentais para o aprimoramento deste trabalho.

Não poderia deixar de agradecer à minha família. À minha irmã, por sempre me lembrar o quanto gostava do meu tema e o quanto sentia orgulho de mim. Ao meu pai, que sempre escutava minhas ideias e trazia questionamentos tão necessários. E à minha mãe, que me apoiou com paciência e me ajudou a tornar mais claros os parágrafos confusos ao longo deste ano.

Agradeço também aos meus amigos que me ouviram falar sobre meu tema o tempo inteiro — e, mesmo assim, não perderam a paciência quando eu dizia “meu TCC fala sobre isso” em qualquer situação. Muito obrigado, Gabriel Ferrari, Rubem Pilotto, Giulia Borella, Catarina Guerra e Gabriella Duarte. Vocês foram essenciais para mim durante todo este processo.

Faço questão de agradecer ao professor Thiago Vale, por sempre brincar comigo nesse período, dizendo que o título do meu tema era péssimo. Isso me inspirou a fazer o melhor artigo possível — só para esfregar na sua cara. Valeu, Thiago!

E, para finalizar, Stella — no início, você me ajudou a escolher o tema, naquele dia aleatório de férias em que me ligou para assistirmos ao documentário *Apocalypse nos Trópicos*, que me inspirou completamente. Desde então, você tem me ouvido tagarelar sem parar sobre o TCC — que estou atrasado, cansado ou frustrado com o trabalho — e, mesmo assim, continuou ao meu lado, demonstrando um apoio inacreditável até a conclusão deste artigo. Muito obrigado, Tella.

Em qualquer cidade se encontram duas forças contrárias: uma provém de não desejar o povo ser dominado nem oprimido pelos grandes, e a outra de quererem os grandes dominar e oprimir o povo.

Niccolò di Bernardo dei Machiavelli Cap. IX — Do Principado Civil, p. 64

RESUMO

O presente trabalho investiga as relações entre poder, corrupção e democracia no Brasil contemporâneo, articulando o pensamento filosófico de Nicolau Maquiavel. Por meio de análise qualitativa e interpretativa, busca-se compreender como a natureza humana e as estruturas políticas influenciam a manutenção do poder e a manipulação das massas. A pesquisa examina o período de 2016 a 2023, considerando eventos políticos significativos, o papel da religião e a corrupção como instrumentos de controle social. Os resultados indicam que, embora a democracia seja formalmente consolidada, práticas históricas de abuso e concentração de poder comprometem sua efetividade, evidenciando a relevância da reflexão filosófica para compreender a política contemporânea.

Palavras-chave: Democracia; Corrupção; Poder; Maquiavel

ABSTRACT

This study investigates the relationships between power, corruption, and democracy in contemporary Brazil, articulating the philosophical thought of Machiavelli. Through qualitative and interpretative analysis, it aims to understand how human nature and political structures influence the maintenance of power and mass manipulation. The research focuses on the period from 2016 to 2023, examining significant political events, the role of religion, and corruption as instruments of social control. The results indicate that, although democracy is formally consolidated, historical practices of abuse and power concentration undermine its effectiveness, highlighting the relevance of philosophical reflection for understanding contemporary politics.

Keywords: Democracy; Corruption; Power; Machiavelli

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. PROBLEMA.....	11
3. OBJETIVO GERAL.....	11
4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
5. HIPÓTESE	12
6. METODOLOGIA	12
CAPÍTULO 1 – MAQUIAVEL, PODER E CORRUPÇÃO: FUNDAMENTOS DO ESTADO E PERMANÊNCIAS NA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA.....	14
CAPÍTULO 2 – BRASIL CONTEXTUALIZADO (GOLPE DE 2016 - JANEIRO DE 2023)	18
2.1. Impeachment de Dilma Rousseff	18
2.2. Governo Temer.....	21
2.3 Governo Bolsonaro.....	22
2.4. Atentado do dia 8 de janeiro	24
CAPÍTULO 3 – A CORRUPÇÃO COMO MECANISMO DE DOMINAÇÃO E O ENFRAQUECIMENTO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA	27
CAPÍTULO 4 – A RELIGIÃO COMO INSTRUMENTO DE MANIPULAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A DEMOCRACIA	31
4.1. Eleições de 2018.....	33
4.2. O Uso Maquiavélico da Religião como Instrumento de Poder no Brasil Contemporâneo.....	34
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
8 REFERÊNCIAS.....	41

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte de uma leitura filosófica da obra de Nicolau Maquiavel, tendo como propósito examinar criticamente a sociedade contemporânea e suas estruturas políticas. Busca-se compreender os fundamentos da democracia moderna e os mecanismos de manutenção do poder, problematizando as formas pelas quais o ser humano, enquanto agente político, atua dentro dessas dinâmicas. A articulação entre o pessimismo filosófico e a análise política constitui o eixo central deste estudo, que encontra em Maquiavel um referencial teórico indispensável para compreender a política como campo de disputa, corrupção e dominação.

A reflexão proposta fundamenta-se em uma abordagem interdisciplinar, dialogando com autores da filosofia e das ciências sociais para analisar a natureza e os limites da democracia. Parte-se da hipótese de que a corrupção, mais do que um desvio moral ou institucional, constitui um elemento estrutural do poder político, conforme já indicava Maquiavel em *O Príncipe* (1513) e *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio* (1531). A partir dessas obras, o estudo discute a permanência das práticas de manipulação e controle das massas, observando como essas dinâmicas se atualizam no contexto da política brasileira contemporânea.

A base teórica deste trabalho apoia-se, principalmente na análise histórica dos anos de 2016 a 2023. Abordando os períodos e os acontecimentos, do Impeachment de Dilma Rousseff, o Governo Temer, aprofundando os acontecimentos da Operação Lava Jato e escândalos de corrupção. E as eleições de 2018 e os acontecimentos antidemocráticos e terroristas do dia 8 de janeiro de 2023, observando a relação da igreja evangélica com esses acontecimentos. Utilizando o artigo de *Lideranças políticas no Brasil: da Teologia da Libertação ao Neofundamentalismo*, Leandro Ortunes, Silvana Martinho e Vera Chaia, 2019.

A introdução de Maquiavel nesse debate justifica-se pela atualidade de sua análise sobre a corrupção e o poder. Em *O Príncipe*, o autor expõe as estratégias de manutenção do Estado e evidencia a tensão entre *virtù* e fortuna, entre a habilidade do governante e as circunstâncias que o favorecem. A partir de suas formulações, torna-se possível compreender como a corrupção, em sentido amplo, atua como força constitutiva da política. O pensamento maquiaveliano, permite identificar uma crítica contundente à natureza humana e ao caráter cíclico das estruturas de poder.

O estudo desenvolve-se em quatro capítulos articulados. O primeiro, intitulado **“Maquiavel, Poder E Corrupção: Fundamentos do Estado e Permanências na Política Contemporânea”**, analisa o pensamento do autor florentino, destacando o papel da corrupção como elemento estrutural da política e relacionando virtù, lei e pleonexia à manutenção do Estado. O segundo capítulo, **“Brasil Contextualizado (Golpe de 2016 – Janeiro de 2023)”**, apresenta uma análise cronológica do cenário político recente, relacionando episódios como o impeachment de Dilma Rousseff, a ascensão do bolsonarismo e o atentado de 8 de janeiro à teoria maquiaveliana sobre poder e dominação. O terceiro capítulo, **“A Corrupção como Mecanismo de Dominação e o Enfraquecimento da Democracia Brasileira”**, aprofunda o debate sobre o uso estratégico da fé e da moralidade religiosa como mecanismos de legitimação política e manipulação social. Por fim, o quarto capítulo, **“A Religião como Instrumento de Manipulação e suas Implicações para a Democracia”**, examina como a corrupção se constitui como princípio permanente da política, aproximando o pensamento renascentista das dinâmicas contemporâneas do poder.

A relevância de Rousseau, Kant e Platão neste trabalho se manifesta no diálogo que estabelecem com Maquiavel, sobretudo no que se refere à corrupção da natureza humana e à necessidade de liderança para a manutenção da ordem. Rousseau, ao afirmar que “o homem nasce bom, mas a sociedade o corrompe”, aproxima-se da leitura pessimista da condição humana; já Kant, ao reconhecer que “o ser humano é o único animal que necessita de um líder”, destaca a ambivalência entre liberdade e submissão, essencial à compreensão da política moderna. Essa discussão permite questionar: em uma sociedade marcada pela desigualdade e pela desinformação, até que ponto a democracia se realiza efetivamente?

O pessimismo filosófico, nesse sentido, revela-se uma ferramenta crítica para compreender o desencanto político contemporâneo. A análise de Lukács sobre o “pessimismo burguês” em Schopenhauer (RAMOS, 2007) contribui para situar historicamente o pensamento do autor e compreender suas ressonâncias no contexto moderno. Contudo, este estudo privilegia uma vertente crítica do pessimismo, entendendo-o como denúncia das contradições sociais e dos mecanismos de poder que sustentam a desigualdade.

No contexto brasileiro, a permanência de práticas de abuso e perpetuação do poder evidencia a pertinência da perspectiva pessimista e maquiaveliana. A denúncia poética contida na música *Favela Vive 5* (DK47 et al., 2023) — “27 assessores pra

apenas um deputado” — traduz, em linguagem popular, a crítica à estrutura política que privilegia poucos em detrimento da coletividade. Tal manifestação cultural reforça o diagnóstico filosófico de que o Estado moderno, ao invés de garantir a liberdade, reproduz a lógica da concentração de poder e capital.

Diante desse panorama, o presente trabalho propõe uma reflexão teórica sustentada pelo diálogo entre filosofia e política, articulando pessimismo, poder e corrupção como eixos analíticos centrais. O objetivo é compreender em que medida a democracia contemporânea se mantém fiel aos seus princípios ou se converte em um simulacro de liberdade, operado pela manipulação das massas e pela manutenção das elites no poder. A partir desse questionamento, busca-se responder à indagação que atravessa toda a pesquisa: **existe, de fato, democracia?**

2. PROBLEMA

Apesar da consolidação formal da democracia no Brasil, observa-se que práticas de corrupção, manipulação política e concentração de poder continuam recorrentes, fragilizando os princípios democráticos. Diante disso, surge a questão central: **até que ponto a democracia contemporânea no Brasil reflete uma prática efetiva de liberdade e participação cidadã, ou se constitui em um mecanismo de manutenção das elites políticas e sociais?**

3. OBJETIVO GERAL

Investigar as relações entre poder, corrupção e democracia no contexto brasileiro contemporâneo, articulando o pensamento filosófico de Maquiavel para compreender como a natureza humana e as estruturas políticas influenciam a manutenção do poder e a manipulação das massas.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Analisar a concepção de poder e corrupção em Nicolau Maquiavel, destacando a relevância de *virtù*, *pleonexia* e legitimidade na política.
2. Investigar a dinâmica do poder e da corrupção no Brasil entre 2016 e 2023, relacionando eventos recentes à teoria política clássica.

3. Avaliar o papel da religião e da moralidade como instrumentos de manipulação das massas no contexto político brasileiro.
4. Articular os conceitos estudados para propor uma reflexão crítica sobre a efetividade da democracia e os mecanismos que perpetuam desigualdades políticas.

5. HIPÓTESE

A democracia contemporânea brasileira, embora formalmente consolidada, é constantemente fragilizada por práticas de corrupção, concentração de poder e manipulação das massas. A combinação da natureza humana, segundo Maquiavel, e das contradições sociais na evidência que a manutenção do poder se sobrepõe à busca pelo bem comum, comprometendo a efetividade do sistema democrático.

6. METODOLOGIA

O estudo adota uma abordagem **qualitativa, exploratória e interpretativa**, baseada em pesquisa bibliográfica e documental.

- **Pesquisa bibliográfica:** análise de obras clássicas e contemporâneas de filosofia política, incluindo Maquiavel (*O Príncipe e Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*), Schopenhauer (*O Mundo como Vontade e Representação*) e Mainländer, bem como estudos de autores contemporâneos que discutem pessimismo político, poder e democracia.
- **Pesquisa documental:** levantamento e interpretação de dados políticos, históricos e sociais sobre o Brasil (2016-2023), considerando eventos como o impeachment de Dilma Rousseff, a ascensão de novos movimentos políticos e atentados à democracia.
- **Análise crítica e interpretativa:** os dados coletados são articulados à teoria política clássica, permitindo estabelecer relações entre poder, corrupção, manipulação das massas e efetividade democrática.
- **Estudo de casos:** análise de episódios específicos, como Operação Lava Jato e o papel da religião na política, para compreender práticas de poder e legitimação social.

A metodologia permite confrontar teoria e realidade, possibilitando uma reflexão crítica sobre o funcionamento da democracia e os mecanismos de manutenção do poder no Brasil contemporâneo.

CAPÍTULO 1 – MAQUIAVEL, PODER E CORRUPÇÃO: FUNDAMENTOS DO ESTADO E PERMANÊNCIAS NA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA

Niccolò di Bernardo dei Machiavelli, mais conhecido como Nicolau Maquiavel, é amplamente reconhecido como um dos principais pensadores políticos da história. Sua experiência diplomática proporcionou-lhe uma visão singular acerca do funcionamento do Estado, a qual se consolidou em sua obra mais célebre, *O Príncipe* (1513). Este estudo toma como referência tal obra, analisando-a sob a perspectiva da corrupção como elemento constitutivo da política e da manutenção do poder estatal. É importante ressaltar, entretanto, que a teoria do Estado desenvolvida por Maquiavel está vinculada ao contexto histórico de sua época, razão pela qual sua interpretação exige uma adaptação crítica ao cenário contemporâneo, em consonância com o objetivo analítico deste artigo.

À primeira vista, nada mais estranho a qualquer preocupação filosófica do que esta obra. Maquiavel não escreveu nada sobre o gênero, importando-se pouco em citar os filósofos antigos mais notórios, tendo manifestado uma completa indiferença às questões religiosas ou metafísicas. Sua obra, aparentemente contraditória, e cujas ambiguidades alimentaram quatro séculos de interpretações polêmicas (por exemplo, sua apologética da tirania e seu republicanismo – oposição famosa entre o autor de *O príncipe* e o do *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* [Nota: *O príncipe* é de 1513, e o *Discursos* foi iniciado no mesmo ano]), é estranha a toda exposição sistemática. (DEBORD; FILHIO, 2022, p.1.)

Nicolau Maquiavel nasceu em Florença, em um ambiente culturalmente sofisticado, o que lhe proporcionou condições para desenvolver sua formação intelectual e se destacar no campo político. Entre 1498 e 1512, exerceu o cargo de Secretário da Segunda Chancelaria da República Florentina, desempenhando funções semelhantes às de um diplomata. Nesse período, aprofundou suas reflexões sobre o Estado, o governante e o exercício do poder.

Sua obra não se fundamenta diretamente nas teorias da Grécia Antiga, embora seja relevante destacar a aproximação com a noção platônica de *pleonexia*, que descreve o desejo insaciável por poder, riqueza e prazer. Essa ideia dialoga com a concepção maquiaveliana de que o poder tende a corromper os homens e deve, portanto, ser rigidamente controlado. Tal perspectiva encontra-se exemplificada em passagens de *O Príncipe* (1513), como no trecho: “Note-se que os homens devem ser lisonjeados ou suprimidos, pois se vingam das ofensas leves, mas não podem fazê-lo

das graves. Por conseguinte, a ofensa que se faz ao homem deve ser tal, que o impossibilite de tirar desagravo” (MAQUIAVEL, 1513, p. 26). A formulação evidencia a preocupação de Maquiavel com a manutenção do poder e com a manipulação das massas como instrumentos de estabilidade política.

Sob essa perspectiva, *O Príncipe* foi concebido como um manual de instruções destinado a Lourenço de Médici, jovem governante de Florença, com o intuito de orientá-lo na consolidação de um regime de caráter absolutista. Maquiavel apresenta dilemas atemporais, como a necessidade de o governante optar entre ser amado ou temido: “Todo príncipe deve desejar que o achem clemente e não cruel. Todavia, cumpre-lhe evitar o mau emprego dessa clemência” (MAQUIAVEL, 1513, p. 99). A passagem revela que o governante deve cultivar a imagem de benevolência sem renunciar à autoridade, equilibrando clemência e firmeza para manter o respeito e evitar o risco de perder o poder.

As formulações maquiavelianas, portanto, estão intrinsecamente associadas à ideia platônica de *pleonexia*, que permite compreender como a ambição humana conduz à luta pelo poder. Nesse sentido, Maquiavel distingue a riqueza como meio de ascensão política, mas insuficiente para a manutenção do governo: “Os que conquistam poder apenas com riqueza ou sorte caem tão rápido quanto sobem. Já os que governam por *virtù* (habilidade e força própria) mantêm-se no poder” (MAQUIAVEL, 1513, p. 40). Assim, a obra indica que a permanência no poder depende mais da habilidade política do que de circunstâncias fortuitas.

Além de *O Príncipe*, é fundamental recorrer aos *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio* (1531), obra em que Maquiavel amplia sua análise para questões relacionadas à liberdade e à corrupção. O estudo de Carlos Nilton, *Elementos de liberdade e corrupção em Maquiavel*, é particularmente relevante nesse ponto, pois permite compreender como o autor florentino articula a ideia de corrupção não apenas como desvio moral, mas como falha estrutural de instituições que deixam de cumprir suas finalidades. Nesse sentido, corrupção significa a distorção de princípios fundamentais, como ocorre quando instituições religiosas, culturais ou políticas deixam de corresponder às normas que lhes dão legitimidade.

Nesse horizonte, é pertinente destacar a metáfora apresentada em *O Príncipe* sobre o mito de Quíron e Aquiles. A narrativa mitológica simboliza a relação entre astúcia (animal) e força (humano), indicando que o governante deve equilibrar ambas as dimensões para manter o poder. Quando essa relação se rompe, surge a corrupção

do governante, que deixa de cumprir sua função de representar simultaneamente a lei e a força. Em analogia à democracia, quando o governante eleito não corresponde às expectativas da população que o elegeu, ocorre uma forma de corrupção simbólica de sua imagem.

Assim, a concepção maquiaveliana de corrupção pode ser associada tanto à distorção das instituições quanto à degradação da legitimidade do governante perante o povo. Embora distinta da concepção moderna, centrada em práticas ilícitas e econômicas no interior do Estado, ambas convergem na medida em que implicam a perda de confiança e de legitimidade política. Dessa forma, a análise da corrupção em Maquiavel revela um pensamento que transcende seu contexto histórico, mantendo atualidade no exame da dinâmica do poder e de suas fragilidades diante das ambições humanas.

Há aqui algumas ponderações e indagações: primeiro; de que a lei sem virtú é ineficaz – virtude do cidadão -, virtude sem lei não se conserva – a lei esculpe os bons costumes -, a lei gera constrangimento – colocando o ordenamento e os bons costumes como condição de virtú. Segundo; como restaurar uma república se o povo encontra-se corrompido? – corrupção da matéria -, um povo corrompido não se restaura. Mas, uma nova ordem deve ser estabelecida, o povo deve ser restaurado. Pela fundação? Parece não ser possível uma vez que não pode ser esperada de um povo e sim de um singular de um indivíduo. Pela refundação? Parece também não ser possível, pois, não pode ser feita pelo povo, a refundação pertence ao singular, ao indivíduo. (NILTON, 2009, p.7)

No artigo *Elementos de Liberdade e Corrupção em Maquiavel* (2009), observa-se a relação estabelecida entre povo e Estado a partir da interpretação de que, se algo não pode ser realizado pela população, tampouco o será pelo governante. Tal concepção evidencia a criação de uma dependência do corpo social em relação às estruturas estatais. Nesse sentido, *O Príncipe* apresenta a figura do governante como alguém que deve dominar a manipulação das massas e, sobretudo, preservar os princípios fundamentais da política, evitando a corrupção que comprometeria o exercício do poder.

A reflexão conduz a um aspecto essencial da natureza humana: a **pleonexia**, ou seja, o desejo desmedido e insaciável de poder. O governante, ao reconhecer essa inclinação, compreende que seu domínio é permanentemente disputado e necessita ser constantemente reafirmado. Dessa forma, torna-se evidente que os ensinamentos maquiavelianos se orientam primordialmente à manutenção do poder em sociedades antigas, assegurando a posição daqueles que já o detêm. Todavia, tais ideias podem

ser transpostas ao cenário contemporâneo, uma vez que Maquiavel identificou a forma como a sociedade se molda pela busca incessante de poder, descrevendo suas consequências e mecanismos de controle.

No contexto do século XXI, muitos dos pressupostos maquiavelianos poderiam ser aparentemente refutados pela democracia e pela figura dos representantes eleitos pelo povo. Entretanto, sob outro prisma, o Estado atual, em especial o brasileiro na última década, ainda reflete práticas e padrões descritos pelo pensador renascentista. Assim, este artigo busca problematizar e examinar a permanência dos fundamentos maquiavelianos na política contemporânea, destacando as tensões entre o ideal democrático e a realidade do poder.

CAPÍTULO 2 – BRASIL CONTEXTUALIZADO (GOLPE DE 2016 - JANEIRO DE 2023)

No artigo *Elementos de Liberdade e Corrupção em Maquiavel* (2009), que analisa a obra *Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, observa-se a relação estabelecida entre povo e Estado a partir da interpretação de que, se algo não pode ser realizado pela população, tampouco o será pelo governante. Tal concepção evidencia a criação de uma dependência do corpo social em relação às estruturas estatais. Nesse sentido, *O Príncipe* apresenta a figura do governante como alguém que deve dominar a manipulação das massas e, sobretudo, preservar os princípios fundamentais da política, evitando a corrupção que comprometeria o exercício do poder.

A reflexão conduz a um aspecto essencial da natureza humana: a **pleonexia**, ou seja, o desejo desmedido e insaciável de poder. O governante, ao reconhecer essa inclinação, compreende que seu domínio é permanentemente disputado e necessita ser constantemente reafirmado. Dessa forma, torna-se evidente que os ensinamentos maquiavelianos se orientam primordialmente à manutenção do poder em sociedades antigas, assegurando a posição daqueles que já o detêm. Todavia, tais ideias podem ser transpostas ao cenário contemporâneo, uma vez que Maquiavel identificou a forma como a sociedade se molda pela busca incessante de poder, descrevendo suas consequências e mecanismos de controle.

No contexto do século XXI, muitos dos pressupostos maquiavelianos poderiam ser aparentemente refutados pela democracia e pela figura dos representantes eleitos pelo povo. Entretanto, sob outro prisma, o Estado atual, em especial o brasileiro na última década, ainda reflete práticas e padrões descritos pelo pensador renascentista. Assim, este artigo busca problematizar e examinar a permanência dos fundamentos maquiavelianos na política contemporânea, destacando as tensões entre o ideal democrático e a realidade do poder.

2.1. Impeachment de Dilma Rousseff

O segundo mandato da economista mineira do Partido dos Trabalhadores (PT), Dilma Rousseff, foi marcado pela Operação Lava Jato, a maior investigação de lavagem de dinheiro do Brasil, que relacionou diretamente o partido às práticas

investigadas. O governo também se destacou por decisões executivas como ajustes fiscais e o chamado “tarifaço”, medidas que geraram intensa repercussão negativa na mídia e na opinião pública.

Nesse contexto, o impeachment de Dilma Rousseff foi motivado, em grande parte, pelo descontentamento popular em relação às políticas recentes de seu governo. Outro argumento amplamente utilizado pela oposição, representada pelo PSDB e pelo então deputado Aécio Neves, foi a alegação de fraude nas eleições de 2014, nas quais Dilma venceu o segundo turno por uma margem inferior a 3,5% dos votos válidos. A situação se agravou ainda mais após a recessão profunda de 2015, que contrariou promessas de campanha e reforçou a força dos discursos oposicionistas, consolidando o ambiente político que culminou no impeachment.

Para a reeleição de Dilma, em 2014, surge por principal adversário Aécio Neves, neto de ex-presidente e apoiado por grande parte das empreiteiras. Aécio perde as eleições para Dilma, mas por uma pequena vantagem. Não aceitando o resultado das eleições, seu partido pede apuração das urnas e inicia um processo de defesa do impeachment de Dilma nove meses após a eleição. Nesse momento, transmitido pelas mídias cada detalhe, diversos grupos políticos de direita defendem um discurso anticorrupção e transformam os atos em uma insurreição contra Dilma, Lula, consequentemente, contra o PT. Nesse contexto turbulento na política brasileira, Dilma quebra sua promessa de campanha e implementa um programa de austeridade. O desemprego chega a 8%. (MONTEIRO; SILVA, 2020, p. 2).

Como indica o período pós-eleitoral, o panorama político brasileiro encontrava-se profundamente polarizado. De um lado, uma parcela significativa da população apoiava o impeachment e se identificava com os discursos de Aécio Neves, que se tornou o símbolo da exigência de responsabilização e da retirada de Dilma Rousseff do poder. De outro, havia cidadãos nostálgicos pelos períodos de crescimento econômico e avanços sociais promovidos pelos governos anteriores do Partido dos Trabalhadores, que mantinham apoio ao Estado vigente na época.

Nesse contexto, compreender os fundamentos jurídicos do processo de impeachment é essencial para fundamentar a análise apresentada. O embasamento constitucional baseou-se na Lei nº 1.079, de 1950, que estabelece os limites e responsabilidades do chefe do Poder Executivo. Complementarmente, fundamentou-se no artigo 85 da Constituição Federal, regulamentado por essa lei, que define:

Aqueles atos do presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra: a existência da União;

o livre exercício dos Poderes; o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; a segurança interna do país; a probidade na administração; a lei orçamentária; e o cumprimento das leis e das decisões judiciais. (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 85).

Com base no artigo 85 da Constituição Federal, a acusação formal do impeachment foi apresentada pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal, fundamentando-se em duas práticas: as chamadas “pedaladas fiscais”, caracterizadas pelo atraso deliberado do governo federal no repasse de recursos a bancos públicos, e a edição de decretos de abertura de crédito suplementar sem autorização do Congresso Nacional. Ambas as acusações podem ser interpretadas, sob a perspectiva maquiaveliana, como indícios de corrupção do governante, na medida em que indicam o não cumprimento de suas funções constitucionais.

Em contrapartida, a defesa alegou que as “pedaladas fiscais” haviam sido adotadas em administrações anteriores, como nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso, caracterizando tais práticas como procedimentos contábeis administrativos e não como crime de responsabilidade. Ademais, não foi comprovado que os atrasos no repasse de recursos tivessem favorecido diretamente Dilma Rousseff. A defesa também argumentou que a edição de decretos de abertura de crédito suplementar sem autorização do Congresso Nacional já havia sido realizada por governos anteriores e que não resultou em aumento efetivo dos gastos além da meta fiscal.

Apesar das controvérsias, o processo de impeachment prosseguiu conforme o rito constitucional, com a criação da Comissão Especial composta por 65 deputados. Na votação da Câmara dos Deputados, era necessário que mais de dois terços dos parlamentares (342 de 513) aprovassem a continuidade do processo, resultando em 367 votos favoráveis, 137 contrários, 7 abstenções e 2 ausências. Posteriormente, o Senado Federal exerceu a função de tribunal político, conforme previsto no artigo 52 da Constituição, culminando no julgamento pelo Judiciário brasileiro.

Não obstante, permanecem controvérsias levantadas pela defesa e pelos apoiadores da ex-presidente, que não podem ser detalhadas integralmente neste artigo. Entre os pontos questionados, destacam-se motivações políticas e econômicas, sugerindo que o processo extrapolou os limites jurídicos previstos para crime de responsabilidade. A atuação de Eduardo Cunha, então presidente da

Câmara dos Deputados, também é objeto de críticas, uma vez que, inicialmente, demonstrava postura ambígua em relação à ex-presidente, mas posteriormente instaurou o processo de impeachment, após apoio do PT a investigações da Operação Lava Jato que o envolviam, resultando em sua prisão três meses depois. Por fim, argumenta-se que a posse de Michel Temer, cujo partido também enfrentava investigações por corrupção, representou uma continuidade de interesses políticos alinhados à manutenção de agentes investigados, reforçando a percepção de motivações para além do campo estritamente jurídico.

2.2. Governo Temer

Michel Temer assumiu oficialmente a Presidência da República em 31 de agosto de 2016, após exercer o cargo de vice-presidente durante o governo de Dilma Rousseff e ter votado a favor do impeachment na Câmara dos Deputados. Seu governo foi estruturado como uma coalizão política, envolvendo partidos como o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a Social-Democracia Brasileira (PSDB) e os Democratas (DEM), entre outros.

O governo Temer foi diretamente impactado pela Operação Lava Jato, que revelou uma série de escândalos de corrupção. Entre os casos mais emblemáticos está o vazamento de gravações envolvendo a JBS, fruto da delação premiada de Joesley Batista, nas quais Temer é interceptado discutindo a tentativa de compra do silêncio de Eduardo Cunha, a fim de evitar o repasse de informações às autoridades investigativas. A gravação evidencia a proximidade entre os envolvidos e levanta questionamentos sobre possíveis interferências em processos legais.

Em 2017, Temer foi formalmente denunciado em duas ocasiões: por corrupção passiva, conforme previsto no artigo 317 do Código Penal, que trata do recebimento de vantagem indevida por funcionário público direta ou indiretamente; e por obstrução de justiça e participação em organização criminosa. No entanto, tais acusações não avançaram significativamente, em parte devido à atuação da Câmara dos Deputados, que impediu a tramitação dos processos, em um contexto que incluía a liberação de emendas parlamentares bilionárias para barrar investigações contra o presidente.

Conforme afirma Motta (2007) e Gomes (2004), o enquadramento político tem natureza dramática. Nesse sentido, o JN construiu narrativa espetacular, apontando, nos dias anteriores, à forte movimentação política, tanto do governo Aurora: revista de arte, mídia

e política, São Paulo, quanto da oposição, na busca de votos para barrar ou dar continuidade à denunciado Ministério Público. Revelou os bastidores, as expectativas e, numa perspectiva crítica, informou as negociações do presidente com a bancada ruralista, evidenciando práticas de fisiologismo. O Jornal Nacional mostrou que o governo, apesar de defender o ajuste fiscal, gastou mais de 2 bilhões com emendas parlamentares para garantir apoios. (CAMPOS; GOMES, 2020, p. 174-175).

Sob o viés da citação, o governo de Temer teve relação direta com escândalos de corrupção e relação com a Lava Jato, com prisão de pessoas extremamente próximas do mesmo, como, Eduardo Cunha e Sergio Cabral. Portanto, pode-se concluir que a fragilidade política brasileira oriunda de uma corrupção enraizada priva a democracia como essência. É evidente que uma ajuste fiscal de 2 bilhões para emendas parlamentares com puro intuito de conquistar influência para evitar uma condenação é uma privação da democracia. Em suma, a fragilidade política e escândalos da Lava a Jato traz força para uma polarização política entre indivíduos que acusam um golpe e culpabilizam Michel, e outro grupo de culpabiliza Dilma e o PT pela situação do país

2.3 Governo Bolsonaro

Sob essa perspectiva, o governo de Michel Temer esteve diretamente relacionado a escândalos de corrupção e à Operação Lava Jato, que resultou na prisão de figuras próximas, como Eduardo Cunha e Sérgio Cabral. Tal contexto evidencia a fragilidade política brasileira, marcada por práticas de corrupção enraizadas que comprometem a essência da democracia. A alocação de cerca de 2 bilhões de reais em emendas parlamentares, com o objetivo explícito de conquistar influência para evitar condenações, constitui um exemplo concreto dessa privação democrática.

Em síntese, os escândalos envolvendo o governo Temer e os desdobramentos da Lava Jato intensificaram a polarização política no país. De um lado, há indivíduos que interpretam o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe e atribuem responsabilidade a Michel Temer; de outro, grupos responsabilizam Dilma e o Partido dos Trabalhadores pelo quadro de instabilidade política e econômica. Essa divisão reflete a complexidade das relações de poder no Brasil contemporâneo e evidencia como a corrupção institucional fragiliza as bases democráticas.

Já nas emendas do relator não há essa possibilidade de controle público. De acordo com o especialista citado acima, a falta de transparência é tal que, caso os ofícios a que o jornal “Estadão” obteve acesso não tivessem seus conteúdos revelados, jamais alguém saberia quais parlamentares teriam destinado tais emendas. De acordo com a matéria do publicada na internet, uma planilha secreta do governo obtida pelo Estadão revela que determinado Senador da República destinou R\$10 milhões para obras e compras fora do seu Estado, desse montante dois tratores foram para uma cidade distante cerca de 2,6 mil quilômetros de seu domicílio eleitoral. (SILVA, 2022, p. 13).

O governo de Jair Messias Bolsonaro se caracteriza por impactos significativos na economia, na cultura, na democracia e nas políticas sociais, de formas variadas. Diante da complexidade de sua gestão, torna-se evidente que não é possível abarcar todos os aspectos de maneira superficial, sendo relevante destacar, entre outros pontos, a influência da religião evangélica nas decisões executivas e as medidas governamentais mais impactantes.

Bolsonaro assumiu a presidência em 2018, embora já estivesse na política há décadas. Inicialmente vereador do Rio de Janeiro, eleito em 1988 pelo Partido Democrata Cristão, posteriormente tornou-se deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, cargo que exerceu por 28 anos. Em 2018, filiado ao Partido Social Liberal (PSL), foi eleito presidente da República, derrotando Fernando Haddad, do PT. Durante o início do mandato, deixou o PSL, permaneceu dois anos sem partido e posteriormente filiou-se ao Partido Liberal, sendo este o nono partido ao qual se afiliou.

O governo de 2018 pode ser caracterizado como voltado, em grande parte, às demandas da alta classe socioeconômica, evidenciado pelas decisões legislativas e executivas adotadas. Entre essas, destaca-se a Reforma da Previdência, que modificou as regras de aposentadoria com o objetivo de reduzir os gastos públicos, sem considerar adequadamente as diferenças de expectativa de vida entre as diversas regiões do país. Outras medidas incluíram privatizações, típicas de governos liberais, e a autonomia do Banco Central, apoiada por empresas multinacionais e nacionais.

Um ponto especialmente controverso foi o chamado **Orçamento Secreto**, mecanismo que conferia ao relator-geral do orçamento, na época o deputado Domingos Neto, a prerrogativa de indicar valores por meio de ofícios informais. Esse conjunto de emendas públicas permitia que recursos fossem alocados sem

transparência sobre os solicitantes ou os critérios utilizados, tornando-se uma ferramenta de troca política para obtenção de influência parlamentar e, ao mesmo tempo, facilitando práticas de corrupção de caráter simplificado.

De fato, o início deste novo ciclo político, com a chegada de Jair Bolsonaro ao poder, foi marcado por transformações significativas – algumas radicais, outras nem tanto – na relação básica entre Estado, religião e sociedade. No momento em que escrevo este artigo, temos seis ministros declaradamente evangélicos – alguns dos quais já disseram que tomam decisões públicas guiados pela Bíblia. A bancada evangélica, que realiza cultos semanais na Câmara dos Deputados, conta com quase uma centena de deputados e senadores atuantes. O próprio presidente, ainda que não se declare evangélico, frequenta eventos em diversas igrejas e adotou um chavão bíblico na sua luta contra a imprensa, citando João 8:32: “e conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (CASARÕES, 2020, p. 10)

Em síntese, o governo de Jair Messias Bolsonaro apresentou como marcas evidentes a aproximação com instituições evangélicas e religiosas. Embora o ex-presidente nunca tenha se declarado formalmente evangélico, promoveu medidas que beneficiaram esses grupos, incluindo reduções tributárias, fortalecendo a relação entre a fé e a atuação do Estado.

Adicionalmente, o governo enfrentou fragilidades sociais e parlamentares, exemplificadas pelo Orçamento Secreto, criticado por facilitar práticas de corrupção simplificada e consolidar influências políticas de maneira pouco transparente. Por fim, um dos episódios mais significativos de crise democrática durante o período bolsonarista foi o atentado ocorrido em 8 de janeiro de 2023, após a derrota eleitoral do ex-presidente no pleito do ano anterior, evidenciando tensões profundas no sistema político e na consolidação democrática do país.

2.4. Atentado do dia 8 de janeiro

No ano de 2022, ocorreram as eleições presidenciais brasileiras, cujo principal confronto se deu entre Jair Messias Bolsonaro (PL) e Luís Inácio Lula da Silva (PT). Nesse contexto, Bolsonaro já contava com uma base eleitoral consolidada, que se estendia do meio religioso a setores do agronegócio, das forças militares e outros segmentos da sociedade. Considerando as controvérsias de seu governo, somadas às ações questionáveis durante a pandemia de 2020, Lula construiu uma base

eleitoral contrária, configurando novamente um cenário de profunda polarização política, marcado por um fanatismo exacerbado em torno da figura do ex-presidente.

As eleições ocorreram em outubro, com a disputa entre o Partido dos Trabalhadores e o Partido Liberal se tornando evidente desde o primeiro turno. No dia 30 de outubro, definiu-se o vencedor do pleito para o mandato presidencial de 2023 a 2026, em uma disputa ideológica que assumiu contornos pessoais entre os candidatos. Luís Inácio Lula da Silva venceu a eleição por uma margem inferior a 1%, repetindo, em parte, o cenário de 2014, quando diferenças estreitas nos votos suscitaram questionamentos sobre a legitimidade dos resultados.

Em decorrência dessa polarização, movimentos de apoiadores fanatizados de Bolsonaro mobilizaram-se em frente a quartéis militares, permanecendo acampados por cerca de 70 dias e clamando por uma intervenção militar, ou seja, pela supressão do Estado democrático de direito. Esses grupos protagonizaram protestos em várias localidades do país, manifestando descontentamento com o Judiciário e exigindo a manutenção de Bolsonaro no poder.

Sob essa perspectiva, em 8 de janeiro de 2023, ocorreu um episódio classificado como ação terrorista pelo Estado brasileiro. Durante essa ação, manifestantes se dirigiram à Praça dos Três Poderes, demandando revisão das urnas eletrônicas e intervenção militar. O evento foi marcado por atitudes antidemocráticas, depredação de patrimônio público e outras ações que evidenciam a gravidade da ameaça à ordem democrática, a ser analisada com maior profundidade em seções posteriores.

Conforme informações do Inquérito 4917/DF, do Supremo Tribunal Federal, de relatoria do Ministro Alexandre de Moraes, o resumo dos fatos ocorridos são os seguintes: cerca de oito ônibus chegaram a Brasília, entre os dias 7 e 8 de janeiro de 2023, levando milhares de pessoas para um acampamento montado junto ao quartel-general; no início da tarde do dia 8 cerca de quatro mil pessoas deslocaram-se para a Esplanada dos Ministérios, havendo um pequeno efetivo das forças de segurança acompanhando esse movimento; às 15 horas as pessoas furaram a frágil barreira existente e ocuparam a rampa, o telhado e as cúpulas do Congresso Nacional; outros extremistas invadiram o Palácio do Planalto e a Sede do Supremo Tribunal Federal; durante essas invasões, houve quebra de vidros, de objetos e muitos danos ao patrimônio, incluindo depredação de obras de artes, como o quadro *As mulatas*, de Di Cavalcanti; após quase três horas do início das invasões, as forças de segurança mobilizaram um grande efetivo para controlar a situação (BASTOS; MARTINI, 2024, p. s/p).

No dia 8 de janeiro de 2023, ocorreu um ataque motivado por ideologia política, contestando os resultados das eleições presidenciais. Cerca de quatro mil manifestantes radicais invadiram a Praça dos Três Poderes, atacando os prédios-sede do Supremo Tribunal Federal (Judiciário), do Congresso Nacional (Legislativo) e do Palácio do Planalto (Executivo). Os atos resultaram na destruição e depredação de tapetes históricos, quadros e obras de arte, documentos oficiais, vidraças, a mesa presidencial do STF, gabinetes da presidência, móveis de valor significativo, a mesa projetada por Oscar Niemeyer, escadarias inteiras, a estátua da Justiça, entre outros elementos de relevância histórica e simbólica.

Em resposta imediata, foram presas aproximadamente 1.200 pessoas por tentativa de golpe, ainda no dia seguinte aos ataques. Este episódio marcou um momento crítico na história da democracia brasileira, evidenciando a resistência do Estado democrático de direito frente a ações que buscavam sua supressão por meio da força e do fanatismo político.

CAPÍTULO 3 – A CORRUPÇÃO COMO MECANISMO DE DOMINAÇÃO E O ENFRAQUECIMENTO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Quando se discute o tema da corrupção na última década, torna-se evidente a relevância da Operação Lava Jato, responsável pela condenação de dezenas de políticos e empresários brasileiros. Trata-se de um dos episódios mais polêmicos da história recente do país. Embora não seja possível esgotar tal discussão neste artigo, é fundamental pontuar a relação entre a Operação Lava Jato e seus impactos sobre a economia e a democracia brasileiras. Nesse sentido, destaca-se o caso dos executivos da Odebrecht e o financiamento de campanhas parlamentares como um exemplo emblemático dessa relação.

Os esquemas de corrupção envolvendo a Odebrecht, contudo, não se restringiam ao financiamento de campanhas políticas. Esse era apenas um dos muitos mecanismos ilícitos empregados pela empresa. A empreiteira superfaturava obras públicas com recursos estatais, praticava subornos e chantagens políticas, além de participar de diversas outras fraudes. Tais práticas foram possíveis devido à complexidade e ao alto grau de organização do esquema, considerado um dos mais sofisticados do mundo. Entre os elementos mais marcantes desse sistema encontra-se o chamado “Departamento de Propinas”.

O denominado “Departamento de Propinas” — ou “Operações Estruturadas”, como era oficialmente identificado — tinha como função distribuir recursos e verbas não contabilizadas. Para viabilizar o repasse de valores e mascarar as operações financeiras, políticos recebiam codinomes e mantinham contas no exterior, de modo a dificultar o rastreamento das transações pela Polícia Federal (PF). Quando as investigações da Operação Lava Jato alcançaram a Odebrecht, as planilhas e documentos que detalhavam o funcionamento desse departamento foram apreendidos pela Justiça brasileira.

É igualmente relevante questionar como os valores ilícitos eram “lavados” e reinseridos na economia formal, especialmente no financiamento de campanhas eleitorais. As operações de lavagem de dinheiro eram realizadas por meio de obras superfaturadas, fraudes em licitações e contratos públicos firmados com empresas estatais, sobretudo a Petrobras. O objetivo dessas práticas era ocultar a origem ilícita dos recursos desviados, que eram posteriormente transferidos para contas no exterior. Nesse processo, empresários vinculados à empreiteira também se

beneficiavam diretamente, recebendo parte dos valores provenientes da lavagem de dinheiro.

No Brasil, um dos maiores escândalos de corrupção veio a público, em 2014, com uma investigação da Polícia Federal denominada de Operação Lava Jato. Esse crime se trata de um esquema de lavagem de dinheiro – batizado popularmente de “Petrolão”- que inclui pagamento de propinas e superfaturamento de obras. Os desvios foram realizados pelas empreiteiras que fraudavam licitações e, desta forma, conseguiam fechar contratos com a Petrobras, por valores superiores aos efetivamente cobrados. (PEREIRA, 2018, p. 9).

A Odebrecht utilizava dois métodos principais para o financiamento de campanhas e para a defesa de interesses institucionais durante os períodos eleitorais. O primeiro era o “Caixa 1”, modalidade legal de doação de recursos a candidaturas, devidamente registrada e regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Entretanto, a empresa também recorria ao “Caixa 2”, uma forma ilícita de financiamento, caracterizada pelo repasse de dinheiro em espécie ou por meio de transações realizadas via bancos estrangeiros, com recursos de origem ilegal. Dessa forma, a Odebrecht realizava doações vultosas a campanhas parlamentares sem a emissão de notas fiscais e sem o devido registro junto ao TSE, órgão responsável pela fiscalização e transparência dos financiamentos eleitorais.

As investigações conduzidas pela Polícia Federal (PF), com base nas planilhas apreendidas e nas delações premiadas dos executivos da empresa, revelaram que o montante de propinas movimentado pela Odebrecht ultrapassou 3,3 bilhões de dólares em pagamentos ilícitos. De acordo com os delatores, uma parcela significativa desses valores foi destinada ao financiamento de políticos e de suas respectivas campanhas eleitorais. Apenas por meio do Caixa 1, a empresa já havia movimentado aproximadamente 141 milhões de reais em doações legais, o que evidencia a magnitude e o impacto do esquema quando somadas as doações ilegais, comprometendo a igualdade de condições na disputa eleitoral garantida pelo TSE.

Discutir os impactos democráticos decorrentes desses financiamentos irregulares é, portanto, essencial para compreender a extensão das distorções causadas pela corrupção no processo eleitoral. Segundo relatórios da PF, uma lista — não integralmente divulgada ao público — indicou 179 políticos eleitos que teriam recebido repasses financeiros da Odebrecht, totalizando 645 contribuições supostamente ilegais. As planilhas apreendidas tiveram papel central em investigações de grande relevância, como os Inquéritos nº 4.402 e nº 4.337 no

Supremo Tribunal Federal (STF). O trecho a seguir ilustra um dos casos analisados, referente ao recebimento de propina pela empreiteira.

As investigações também apontaram a existência de fortes indícios de que o ex-senador Gim Argello teria atuado de forma incisiva para evitar a convocação de empreiteiros para prestarem depoimento em duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), no ano de 2014. Ele teria cobrado pagamento indevido, travestidos de doações eleitorais oficiais, em favor de partidos de sua base de sustentação (VEJA, 2017, n° 23)

Sob a perspectiva das consequências das práticas corruptas que envolvem o uso de capitais provenientes de grandes corporações, é evidente que o financiamento de campanhas por empresas multimilionárias tem impacto direto na visibilidade e na promoção de determinados candidatos. Esse tipo de apoio financeiro possibilita o uso intensivo de recursos em marketing, propaganda e estratégias midiáticas, o que resulta em maior exposição pública e aumento do prestígio popular. Assim, pode-se afirmar que, mediante os chamados “repasses necessários”, qualquer candidato tende a ampliar significativamente suas chances de conquistar cargos públicos, como os de vereador, prefeito, senador ou deputado.

Desse modo, o poder econômico concentrado nas mãos de grandes empresas, em uma sociedade capitalista, traduz-se em capacidade de influência política e social. Quando essas corporações interferem diretamente no processo eleitoral, por meio do financiamento de campanhas, comprometem os princípios fundamentais da democracia republicana. O caso da Odebrecht, cujo esquema envolveu aproximadamente 3,3 bilhões de dólares, exemplifica de forma contundente como o poder econômico pode distorcer o funcionamento democrático. As consequências dessa interferência incluem a obstrução de políticas de justiça social, a negociação indevida de benefícios tributários com o Estado, a manipulação de regras de mercado e a consolidação de uma forma “maquiavélica” de corrupção institucional, que desvirtua a função pública do Estado ao privilegiar interesses privados em detrimento do bem comum.

Em síntese, esse tipo de intervenção empresarial na esfera política, por meio de mecanismos ilícitos como o Caixa 2, permanece presente no cenário brasileiro contemporâneo. O resultado é um Parlamento que, em grande medida, reflete os interesses de uma minoria econômica, sustentando uma lógica de manutenção do

poder e de reprodução das desigualdades estruturais, em detrimento da representatividade popular e da efetivação dos princípios democráticos.

A corrupção dificulta a capacidade de investimento estatal, os recursos públicos são direcionados para uma pequena parcela da população, e pouco sobra para investimentos voltados às necessidades da maioria, somado com o agravamento do mal gerenciamento do poder público, que pouco faz. Com a desigual divisão dos bens públicos, é corroído um dos valores éticos já mencionados, a confiança pessoal, dando espaço à revolta e à violência, que é crescente a cada ano, deixando a população desconfiada da capacidade do Estado como promotor de desenvolvimento e justiça social. (OLIVEIRA, 2008, p. 60)

Para exemplificar, a manutenção do estado é a permanência de quem está no poder, sendo as grandes instituições que detêm do capital necessário para tal, além da capacidade da manipulação do governo. Ou seja, o caso Odebrecht reflete um exemplo simples de como uma instituição milenária pode afetar a democracia brasileira. Portanto novamente é importante lembrar, maquiavel ensina como controlar um estado absolutista, ou seja, um estado com poder concertado e ditatorial. O ato de ignorar a constituição brasileira e as instituições de poder como o TSE, para interesse pessoal é uma marca da manutenção do estado maquiavélico e da ausência da democracia.

Ademais, como descrito anteriormente, quando o estado não representa os interesses da massa popular e sim de apenas uma parcela da população, houve a corrupção da democracia republicana e do estado moderno. Portanto, o caso da Lava Jato, o Orçamento Secreto e vários outros escândalos de corrupção que serão descobertos, todos refletem a democracia como uma farsa.

CAPÍTULO 4 – A RELIGIÃO COMO INSTRUMENTO DE MANIPULAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A DEMOCRACIA

Historicamente, a fé esteve intrinsecamente associada a posições de poder, exercendo influência tanto sobre o controle social quanto sobre a gestão financeira de instituições voltadas a interesses particulares. Contudo, nas últimas décadas, observa-se uma mudança significativa: a religião passou a assumir um papel político mais explícito, com o propósito de conquistar a maioria da população cristã brasileira durante os períodos eleitorais. Nesse cenário, diversos líderes religiosos passaram a utilizar a fé como instrumento de mobilização e manipulação social, reconhecendo o campo religioso como um expressivo mercado de eleitores.

Dessa forma, torna-se imprescindível analisar a influência da religião na cultura política brasileira, identificando de que maneira determinadas práticas de crença interferem na essência e no funcionamento da democracia. De acordo com pesquisa do Datafolha, aproximadamente 50% da população brasileira se declara cristã, sendo 31% vinculada a igrejas evangélicas (cerca de 65 milhões de pessoas), enquanto 10% afirmam não possuir religião, e o restante se distribui entre outras tradições religiosas. Esses dados revelam o potencial político das instituições religiosas, especialmente no caso das igrejas evangélicas, cuja relativa coesão doutrinária e organizacional favorece estratégias de mobilização eleitoral e alinhamento ideológico.

No contexto brasileiro contemporâneo, a fé tem sido, com frequência, instrumentalizada para atender a interesses pessoais e políticos, evidenciado por práticas como a arrecadação excessiva de dízimos e casos de corrupção no âmbito religioso. Assim, parte do campo evangélico configura-se como um verdadeiro mercado político, capaz de articular e direcionar o comportamento de milhões de fiéis em torno de discursos e ideologias que nem sempre são compreendidos de forma crítica. Nesse sentido, torna-se pertinente problematizar o fenômeno da alienação religiosa e seus impactos na esfera pública, discutindo como a manipulação da fé pode influenciar decisões eleitorais, sustentar projetos de poder e comprometer os princípios democráticos fundamentais.

Ao longo do desenvolvimento das sociedades divididas em classes sociais, a religião se apresenta como uma das mais complexas formas de domínio de uma classe sobre a outra. Isso ocorre tanto para manter a classe explorada sem questionar sua condição, quanto para projetar

esse processo de exploração num plano mítico, desresponsabilizando a dinâmica do mundo concreto e o papel que cumpre a classe dominante, bem como sua função social. Desse modo, segundo Cardoso (2011), a alienação se dá pela autonegação do indivíduo, deixando de lado a sua essência humana para se prender ao sobrenatural. (BARROS; SILVA; SANTOS, 2019, p. 107)

Conforme indicado na citação, a religião pode atuar como um poderoso mecanismo de manipulação de massas. Sob essa perspectiva, líderes religiosos que perseguem objetivos e interesses particulares podem almejar ascensão política ou ampliação de sua influência social, acumulando, conseqüentemente, poder. Para alcançar tais propósitos, esses líderes recorrem, com frequência, ao medo e à autoridade moral como instrumentos de controle populacional, disseminando discursos como “Deus deseja” ou “Deus escolheu determinado representante político”. Assim, quando o público se encontra em condição de alienação ou desinformação, torna-se especialmente suscetível a direcionamentos políticos, econômicos e sociais fundamentados em preceitos religiosos ou em interpretações particulares de doutrinas e cultos.

Nesse contexto, destaca-se a atuação de Silas Malafaia, líder conservador da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, que tem utilizado sua ampla influência midiática para consolidar determinados interesses políticos e ideológicos. Malafaia é uma figura ativa na cena política brasileira há várias décadas, tendo, inclusive, declarado apoio a Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2002. Cabe salientar que o próprio líder afirma que suas manifestações se dirigem aos evangélicos enquanto grupo religioso, e não necessariamente à instituição que representa. Todavia, a influência exercida por um líder religioso com tamanha visibilidade pode impactar de maneira significativa a democracia, na medida em que possui a capacidade de orientar o voto e as decisões políticas de milhões de fiéis, frequentemente em função de interesses pessoais ou de projetos de poder específicos.

Somando as categorias representa e representa muito, temos os seguintes resultados: Silas Malafaia (58,7%) e Marco Feliciano (41,8%). Além disso, devemos considerar que ambos são pastores midiáticos e pertencentes à igreja Assembleia de Deus, sendo que, de acordo com o IBGE (2010), 5,7% da população brasileira declarou pertencer a esta denominação, fato que a torna o maior segmento religioso do país, excluindo o catolicismo. Diante desses aspectos, fica evidente a importância de analisarmos este público e estes líderes religiosos. (SILVANA MARTINHO, THATIANE SENNA, LEONARDO ORTUNES, 2019, p. 128)

Por fim, a bancada evangélica, atualmente composta por 95 deputados federais, representa a consolidação de uma ideologia religiosa no interior da Câmara dos Deputados, o que evidencia um desafio concreto ao princípio constitucional da laicidade do Estado brasileiro. A maior parte desses parlamentares foi eleita com base no apoio de eleitores vinculados a igrejas evangélicas, sendo que 20 deles pertencem à Assembleia de Deus, denominação que reúne aproximadamente 5,7% da população brasileira.

Dessa forma, este capítulo tem como objetivo investigar a religião como instrumento de concentração e manutenção de poder, analisando de que maneira a fé pode ser utilizada como mecanismo de controle social e de influência política. A partir dessa análise, pretende-se compreender como a articulação entre religião e política contribui para a formação de blocos de poder que, ao se apoiarem em valores morais e doutrinários, podem comprometer os fundamentos democráticos e a neutralidade do Estado laico.

4.1. Eleições de 2018

As eleições de 2018 foram significativamente influenciadas pelo engajamento do movimento evangélico, que rapidamente se alinhou às ideias bolsonaristas, motivado por convergências ideológicas, orientação conservadora e interesses administrativos. Conforme demonstrado no capítulo anterior, determinadas instituições religiosas receberam benefícios tributários e políticos durante o governo Bolsonaro, refletindo diretamente no apoio evangélico ao pleito eleitoral de 2018.

Nesse contexto, é relevante destacar os líderes religiosos que sustentaram o ideário bolsonarista ou se posicionaram contrariamente ao Partido dos Trabalhadores (PT). Entre eles, destacam-se Claudio Duarte, pastor do ministério Projeto Recomeçar; Apóstola Rina, da igreja Bola de Neve; Estevam Hernandez, pastor da Igreja Renascer; e Samuel Câmara, presidente da Convenção da Assembleia de Deus do Brasil (CADB). Todos desempenharam papéis relevantes na mobilização e fortalecimento do apoio a Jair Messias Bolsonaro.

Entretanto, dois líderes merecem atenção especial: Silas Lima Malafaia e Edir Macedo Bezerra. Silas Malafaia, já apresentado em capítulos anteriores, possui longa trajetória na política nacional e exerceu influência direta sobre o comportamento eleitoral de seus seguidores. Paralelamente, Edir Macedo, líder da Igreja Universal do

Reino de Deus e proprietário do Grupo Record, também desempenhou papel significativo na mobilização política. O bispo declarou publicamente apoio ao candidato do PSL em 28 de setembro de 2018, em resposta a questionamentos de um seguidor sobre seu posicionamento político. Além do posicionamento pessoal, a Igreja Universal emitiu uma carta de repúdio em reação às falas do candidato adversário Fernando Haddad, reforçando o engajamento institucional e evidenciando a capacidade de mobilização política da instituição.

Ao manter uma guerra com o grande grupo de mídia Globo, Bolsonaro aproxima o Governo de novas elites midiáticas para manter a estabilidade. É o caso de Edir Macedo, o criador da Igreja Universal do Reino de Deus e dono da TV Record, que vê incrementado o seu poder e se converteu numa correia de transmissão entre o Governo e o eleitorado evangélico, com uma cobertura favorável ao presidente. (GOLDSTEIN, 2021, p. 53).

É evidente que as ações promovidas por políticos evangélicos durante as eleições de 2018 tiveram como objetivo favorecer a candidatura do representante do PSL, fato corroborado pelos resultados eleitorais. De acordo com pesquisa do Datafolha sobre o segundo turno, aproximadamente 9,7 milhões de votos destinados a Fernando Haddad provinham de eleitores evangélicos. Em contrapartida, Jair Messias Bolsonaro recebeu cerca de 21 milhões de votos desse mesmo grupo, evidenciando que a maior parte dos evangélicos direcionou seu apoio à candidatura de Bolsonaro.

No contexto geral, o pleito resultou em 57.797.847 votos para Jair Messias Bolsonaro e 47.040.906 votos para Fernando Haddad, consagrando Bolsonaro como presidente do Brasil. Para compreender o impacto efetivo do voto evangélico, é possível hipotetizar os resultados na ausência desses votos: Bolsonaro teria aproximadamente 36,7 milhões de votos, enquanto Haddad teria cerca de 38 milhões. Essa análise demonstra que a vitória de Bolsonaro nas eleições de 2018 foi, em grande medida, sustentada pelo apoio evangélico, evidenciando a influência decisiva desse grupo religioso no resultado eleitoral.

4.2. O Uso Maquiavélico da Religião como Instrumento de Poder no Brasil Contemporâneo

A manipulação das massas é um conceito abordado e fundamentado por Maquiavel, que em sua obra *O Príncipe* enfatiza a importância de controlar a opinião popular e a alienação do povo como forma de prevenir revoltas e manter a estabilidade do Estado. No livro, o autor italiano ressalta como conquistar o apoio da população é essencial para a consolidação do poder político e para a manutenção da ordem social, como exemplificado no trecho a seguir.

Quando, ao contrário, quem se arrima no povo é um príncipe capaz de comandar, um homem resoluto, que não se atemoriza ante a desventura e sabe com o seu valor e as suas leis incutir coragem em todos, nunca será por ele enganado e verá ter construído sobre fundamentos sólidos. (MAQUIAVEL, 1513, p. 65).

Dessa forma, a partir de uma análise da história cultural e social brasileira, pode-se afirmar que a religião constitui um elemento de extrema relevância na sociedade do país. Observa-se que, ao longo do tempo, a religião se consolidou como um mercado de influência, no qual instituições religiosas conseguem mobilizar grandes parcelas da população. Conforme apresentado anteriormente, a fé exerce um impacto histórico tanto sobre a democracia quanto sobre a política brasileira, funcionando como um pilar de significativa influência popular. Nesse contexto, a manipulação das massas emerge como uma estratégia utilizada por instituições com poder econômico e capital simbólico para direcionar a população a partir de preceitos religiosos, muitas vezes recorrendo ao medo para atender aos interesses de poucos detentores de igrejas, cultos e empresas.

Essa afirmação encontra respaldo no crescimento da influência política da religião, evidenciada pelo fortalecimento da bancada evangélica e pelo papel decisivo de líderes religiosos no apoio à eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018. Para compreender plenamente o impacto da religião, é necessário analisar como essas figuras conseguiram consolidar sua influência e obter apoio de uma ampla parcela da população, bem como compreender a rapidez com que essa manipulação ocorreu.

Dessa maneira, a alienação religiosa se configura como um mecanismo de imposição dos interesses de instituições com grande poder de mobilização popular, como a Assembleia de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus, sobre um espaço político que deveria representar a coletividade e não apenas os interesses de poucos. A religião, nesse contexto, utiliza-se frequentemente do medo — por exemplo,

ameaças de condenação eterna ou punição divina — para articular e direcionar comportamentos e decisões políticas da população.

Portanto, assim como o medo pode ser fabricado e produzido por um sistema político para estimular a obediência dos cidadãos em determinadas sociedades (CHAIA, 2014), ele também pode ser produzido pela religião com esses mesmos objetivos, pois as religiões, muitas vezes, alimentam-se da confusão entre a causa real de um evento e seu antecedente na experiência, cabendo à própria religião buscar interpretações sobre o fenômeno em questão (LIMONGI, 2007). E, em sociedades em que a oralidade sucumbe cada vez mais à intermediação do relato, da experiência pela narrativa da imprensa e das redes sociais digitais, não é de se estranhar que essa produção de medos tenha a Igreja como uma instituição de grande difusão, como nos diz Glassner (2003), se concentrando especialmente em fatos que não são em si temidos, mas que são amplificados por determinadas lideranças. (ORTUNES; MARTINHO; CHICARINO, 2019, p. 124).

Em suma, pode-se afirmar que a forma de manipulação do pensamento utilizada por instituições religiosas constitui uma ação de caráter maquiavélico, voltada ao controle das massas populares. Conforme demonstrado anteriormente, as intervenções de líderes e instituições religiosas exerceram impacto real sobre a democracia, direcionando decisões eleitorais e fortalecendo candidatos específicos. Dessa forma, o processo democrático se mostra fragilizado, evidenciando o interesse de instituições privadas religiosas em assegurar benefícios, tais como vantagens tributárias, por meio da mobilização do eleitorado.

Assim, verifica-se que o conceito de democracia é corroído quando o poder político se subordina aos interesses de uma minoria influente, em detrimento da representatividade da população como um todo. A manipulação religiosa, ao articular votos por meio do medo e da autoridade moral, reforça a lógica de concentração de poder e compromete a equidade e a legitimidade do processo democrático.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democracia republicana moderna, embora consolidada em suas bases institucionais, revela-se insuficiente em sua efetividade prática. Questionar a veracidade da democracia não significa negá-la, mas sim reconhecer suas contradições e apontar os obstáculos que a impedem de cumprir plenamente sua função social. Em um Estado que dispõe dos meios necessários para garantir educação de qualidade, reduzir desigualdades e assegurar direitos fundamentais, torna-se imperativo indagar por que as estruturas de poder continuam a servir aos interesses de uma minoria privilegiada em detrimento da maioria popular. Este questionamento, de natureza filosófica e política, constitui o ponto de partida deste estudo.

O trabalho, ao articular as dimensões teóricas e empíricas do poder, buscou compreender as dinâmicas de corrupção e manipulação que permeiam o Estado brasileiro contemporâneo. A partir do pensamento de Nicolau Maquiavel, foi possível delinear um panorama no qual o poder se manifesta como força que tende, pela própria natureza humana, à concentração e ao controle. O conceito platônico de *pleonexia*, reinterpretado por Maquiavel, revela o desejo insaciável dos indivíduos de dominar, acumular e conservar o poder — traço que permanece visível na política brasileira. Assim, compreender a corrupção e a manipulação não como anomalias, mas como práticas enraizadas na própria lógica do poder, é um passo fundamental para pensar a democracia de modo crítico.

A teoria maquiaveliana, originalmente concebida para o contexto de Estados absolutistas, mantém notável atualidade ao ser aplicada à realidade republicana. Seus conceitos de *virtù*, *fortuna* e *manutenção do Estado* permitem compreender por que a política moderna ainda se estrutura sobre mecanismos de controle das massas e sobre o uso estratégico da aparência de legitimidade. A democracia, nesse sentido, muitas vezes se converte em um artifício formal que mascara o exercício concentrado do poder — um Estado que, em nome da vontade popular, preserva interesses privados e perpetua desigualdades históricas.

Os estudos filosóficos e históricos demonstraram que as ideias de Maquiavel transcendem o tempo e se projetam na política brasileira recente. A partir de uma análise do período de 2016 a 2023, observou-se a presença contínua de estratégias de dominação e de manipulação política que confirmam a atualidade do pensamento

maquiaveliano. As crises institucionais, os escândalos de corrupção e o uso político da religião exemplificam a permanência de estruturas que operam sob o princípio da conservação do poder e da alienação popular.

O impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, simbolizou o início de um ciclo de instabilidade política e institucional. As motivações jurídicas e políticas do processo revelaram o modo como o discurso da moralidade pública pode ser manipulado para justificar rearranjos de poder. A Operação Lava Jato, embora tenha emergido como símbolo de combate à corrupção, acabou se tornando instrumento de seletividade política e de manipulação midiática, contribuindo para a polarização e a descrença nas instituições. Esse episódio demonstrou, à luz da teoria maquiaveliana, como a moral pode ser instrumentalizada como arma política, mascarando ambições de poder sob o véu da virtude.

O governo de Michel Temer, que sucedeu o impeachment, reforçou a percepção de continuidade de práticas de corrupção estrutural e de fisiologismo político. A liberação de recursos públicos por meio de emendas parlamentares para obtenção de apoio e a manipulação de alianças revelam a prevalência da lógica maquiaveliana de manutenção do Estado. O governante, nesse cenário, não atua como representante do povo, mas como gestor de interesses corporativos e partidários, consolidando um modelo de poder que se sustenta sobre o controle das instituições e o enfraquecimento da ética pública.

Já o governo de Jair Messias Bolsonaro introduziu um novo elemento na análise da democracia brasileira: a instrumentalização da religião como ferramenta política. A aliança entre o Estado e segmentos do fundamentalismo religioso consolidou uma forma de poder simbólico que atua diretamente sobre o imaginário popular. O uso da fé como instrumento de controle moral e eleitoral reforçou a alienação das massas e desafiou o princípio da laicidade do Estado. Sob uma perspectiva maquiaveliana, trata-se de um exemplo emblemático de manipulação das emoções coletivas para assegurar a estabilidade e a permanência no poder.

O crescimento das igrejas evangélicas e a formação da bancada religiosa no Congresso Nacional ampliaram a influência da fé sobre as decisões políticas, criando um campo de poder paralelo que opera tanto no plano simbólico quanto econômico. A religião, que historicamente exerceu função mediadora entre o homem e o divino, foi convertida em capital político e instrumento de legitimação ideológica. O voto religioso, especialmente nas eleições de 2018, foi decisivo para a vitória de Bolsonaro,

demonstrando como a manipulação da fé e do medo pode orientar o comportamento político e corroer a autonomia do pensamento crítico.

Os resultados deste estudo indicam que a democracia brasileira permanece aprisionada entre dois polos de corrupção: o econômico e o simbólico. De um lado, a corrupção financeira, representada por esquemas como o da Odebrecht, evidencia a captura do Estado por elites empresariais que financiam campanhas e determinam políticas públicas de acordo com seus interesses. De outro, a corrupção moral e ideológica, presente no uso político da religião, revela a manipulação das consciências como meio de controle social. Ambas as formas se articulam na manutenção de um Estado que se diz democrático, mas que serve a poucos.

A partir da análise de eventos como a Operação Lava Jato, o impeachment de 2016 e o atentado de 8 de janeiro de 2023, constata-se que o sistema político brasileiro ainda opera sob lógicas de dominação herdadas de períodos autoritários. A democracia, longe de se consolidar como espaço de deliberação coletiva, tem funcionado como mecanismo de legitimação de interesses particulares. O enfraquecimento das instituições, o descrédito nas instâncias de poder e a crescente polarização social evidenciam a crise de representatividade que atravessa a República.

A corrupção, portanto, não se reduz a práticas ilícitas, mas se estende à própria essência das instituições. Quando o Estado falha em representar o interesse público, ele corrompe sua função originária. Essa “corrupção da essência”, tal como apontada por Maquiavel, manifesta-se na discrepância entre o ideal republicano e a realidade de um governo submetido ao capital e à manipulação das massas. Em tal contexto, a democracia torna-se uma ficção jurídica sustentada por aparências de participação e legitimidade.

O estudo também revelou que a fragilidade da democracia brasileira está diretamente relacionada à ausência de uma cultura política baseada na educação crítica. A negligência com o ensino público e com a formação cidadã contribui para perpetuar a alienação social e a vulnerabilidade à manipulação ideológica. O povo, desprovido de instrumentos intelectuais para compreender as dinâmicas do poder, torna-se presa fácil de discursos populistas e de lideranças carismáticas que exploram a fé, o medo e o ressentimento.

Diante desse panorama, torna-se urgente repensar o papel do Estado e da sociedade civil na reconstrução da democracia. A filosofia política, como propõe este

trabalho, deve servir não apenas à interpretação do poder, mas também à sua crítica e transformação. Reverter a lógica de concentração e manipulação exige o fortalecimento das instituições, a transparência pública, a educação emancipadora e a valorização da ética como fundamento da ação política. Sem tais elementos, a república continuará sendo refém de sua própria pleonexia.

Em síntese, a pesquisa conclui que o Estado brasileiro, em sua estrutura atual, não representa efetivamente a maioria populacional. Ele reflete, antes, a vontade de grupos que detêm capital econômico, religioso ou político e que utilizam as ferramentas da democracia para perpetuar privilégios. A corrupção, longe de ser um desvio, constitui o próprio modo de funcionamento do sistema, e a alienação popular é seu principal combustível. A democracia, quando reduzida à formalidade das urnas, torna-se uma máscara que encobre a desigualdade e o domínio de poucos sobre muitos.

Por fim, este trabalho reafirma que a superação da crise democrática requer uma refundação ética e cultural da política. A democracia só se realizará plenamente quando deixar de ser um mecanismo de poder e se transformar em um modo de consciência coletiva. A educação crítica, o engajamento social e a transparência institucional são os caminhos possíveis para libertar o povo da condição de massa manipulada e restaurar a dignidade da cidadania. Enquanto o poder permanecer concentrado e o pensamento crítico for silenciado, a democracia continuará sendo, no Brasil, uma promessa adiada — uma ideia nobre ainda à espera de sua realização.

8 REFERÊNCIAS

CAMPOS, Mariane Motta de; GOMES, Vinícius Borges. *Governo sob investigação: análise do enquadramento noticioso do JN sobre as votações na Câmara dos Deputados das denúncias contra o presidente Michel Temer (MDB)*. *Aurora: revista de arte, mídia e política*, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 160-176, fev.-mai. 2020.

CONTI, Mario Sergio. *Apocalipse nos Trópicos abraça a ambiguidade*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 4 jul. 2025. Ilustrada.

DEBORD, André; FILHO, José. *Elementos de Filosofia Política: Leituras de Maquiavel*. São Paulo: Perspectiva, 2022.

HOBBS, Thomas. *Leviatã: ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Tradução de Wilma Hagemann. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

LEMOES, Rafael José de. Filosofia política do pessimismo moderno: Estado e propriedade em Schopenhauer. *Voluntas: Revista Internacional de Filosofia*, v. 16, n. 1, p. 1–24, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/voluntas/article/view/84910>. Acesso em: 20 out. 2025.

LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Tradução de Lívio Xavier. São Paulo: Martin Claret, 2006.

NILTON, Carlos. *Elementos de Liberdade e Corrupção em Maquiavel*. *Revista de Filosofia Política*, v. 12, n. 3, p. 1–10, 2009.

ORTUNES, Leandro; MARTINHO, Silvana Gobbi; CHICARINO, Tathiana Senne. A instrumentalização do discurso do medo: pastores midiáticos e o período pré-eleitoral de 2014. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 121-146, maio/ago. 2019.

ORTUNES, Leandro; MARTINHO, Silvana; CHAIA, Vera. *Lideranças políticas no Brasil: da Teologia da Libertação ao Neofundamentalismo*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 28, p. 195–232, jan.-abr. 2019.

PEREIRA, Virgílio Eliel. *Prevenção contra a corrupção nas organizações: um estudo das fragilidades e antecedentes da corrupção no caso Odebrecht*.

RAMOS, Flamarion Caldeira. *Pessimismo e política: conservadorismo e crítica social a partir de Schopenhauer*. *Voluntas: Revista Internacional de Filosofia*, v. 9, n. 2, p. 35–53, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/voluntas/article/view/36052>. Acesso em: 20 out. 2025.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SCHOPENHAUER, Arthur. *O Mundo como Vontade e Representação*. Tradução de Jair Barboza. São Paulo: Unesp, 2015.